

CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS EM UMA COMUNIDADE RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS

Maria José Francisco de Souza¹

A pesquisa e seu contexto

Como se difundia o material escrito que circulava nem uma comunidade rural no norte de Minas Gerais entre as décadas de 1970 e 1980? Em que espaços circulavam e que usos os adultos dessa comunidade faziam desses textos? Que práticas cotidianas envolvendo a escrita havia na comunidade? Como esse grupo se inseriu e tem se inserido nas práticas que demandam a leitura? Que alterações tal inserção desencadeou e tem desencadeado no cotidiano da comunidade estudada?

Essas são as principais questões da pesquisa que dá origem a este texto. Nele são retomadas algumas discussões sobre oralidade e escrita e apresentados dados preliminares da pesquisa. O foco da pesquisa é uma comunidade rural localizada no município de Porteirinha, no norte de Minas Gerais, que tem vivido, destacadamente a partir da década de 1970, uma ampliação da circulação de material escrito e de espaços/situações de usos desse material. Trata-se de um estudo sobre circulação de material escrito, modos de inserção e de participação de indivíduos adultos na cultura escrita.

A pesquisa se insere no debate sobre oralidade e cultura escrita e tem por objetivo investigar práticas que envolvem o uso da escrita na referida comunidade e o material escrito que nela circula, focalizando, num plano mais macro, as instituições tomadas como potenciais difusoras de material escrito e de práticas que envolvem leitura e escrita; e, num plano mais micro, os indivíduos – pessoas adultas da comunidade, analfabetas ou pouco escolarizadas – e formas de inserção desses sujeitos na cultura escrita. Está sendo feita, portanto, uma reconstrução da história das instituições na comunidade e de trajetórias de indivíduos adultos e seus contatos e confrontos com a escrita.

Deve ser destacado, de início, que não se pretende, neste estudo e neste texto, realizar a discussão sobre os impactos da maior presença da escrita numa sociedade de tradição oral pautada na polarização entre oral e escrito ou oralidade e escrita. Diversos estudos, como os realizados por Graff (1990 e 1995), Galvão e Batista (2006) e Ribeiro (1999), têm apontado e discutido os limites dessa polarização que atribui à escrita um valor em si mesma e que tendem a desqualificar sociedades de tradição oral ou considerá-las atrasadas, pré-lógicas.

Nesse sentido, é pretensão do estudo analisar algumas implicações da presença mais sistemática de textos escritos no cotidiano da comunidade,

¹ Doutoranda no curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora Profa. Maria das Graças Rodrigues Paulino.

considerando, principalmente, as celebrações religiosas da igreja católica, nomeadas culto dominical. Pesquisa realizada na comunidade (SOUZA, 2003) apontou para uma significativa alteração nas formas de participação nas atividades religiosas a partir da década de 1970, quando são iniciadas as celebrações orientadas por uma diversidade de material escrito, como bíblia, catecismos, livros de orações e cantos e os folhetos. De acordo com os resultados dessa pesquisa, um determinado grupo, o de rezadeiras e benzedores, acenou para mudanças nos espaços e formas de se rezar e, também, de participar das celebrações. Essa mudança, ou melhor, esse movimento de deslocamento de práticas culturais e, em seu bojo, o deslocamento de um determinado grupo das posições de distinção que ele ocupava estão sendo mais detalhadamente estudados e constituem parte importante deste texto.

Vale destacar que a comunidade estudada está localizada em uma região com baixos índices de escolarização e com alta taxa de analfabetismo. Segundo Oliveira (2000), em 1970, a taxa total de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade, na região, era de 58,84%, sendo 32,35% na zona urbana e 69,41% na zona rural; nessa mesma década, a taxa total em Minas Gerais era de 36,01%, sendo 21,90% na zona urbana e 53,18% na zona rural; e no Brasil a taxa total era de 34,01%. Na década de 1980, os números se alteram, mas ainda se mantém uma grande distância entre as taxas de analfabetismo da região e as do estado e do país: a taxa total da região 45,27%, sendo 28% zona urbana e 59,35 na zona rural; em Minas Gerais, a taxa total era de 25,19%, sendo 17,30% na zona urbana e 43,11% na zona rural; nessa mesma década, a taxa total de analfabetismo no Brasil era de 25,50%. Ainda de acordo com Cardoso (2000), dados divulgados em documento da SEPLAN em 1994 indicam, ainda, que “por volta de 1991, aproximadamente 41,0% da população regional com mais de 15 anos de idade era analfabeta. Percentual muito acima daquele verificado para o estado [Minas Gerias] como um todo, na mesma época, ou seja, 25,0%” (CARDOSO, 2000, p.317).

Como se trata de uma comunidade rural, tem de ser considerada a parcimoniosa distribuição de materiais escritos e a existência de poucos espaços em que práticas de leitura são demandadas.

Oralidade e escrita/leitura: diferentes formas de participação na cultura escrita

Os estudos que se ocupam em investigar as relações entre oralidade e escrita e sobre práticas de leitura têm se ampliado significativamente nas últimas décadas. Numa perspectiva histórica, Havelock (1995) discute a emergência de estudos sobre as relações entre oralidade e escrita a partir da década de 1960 e destaca, particularmente, quatro publicações que, segundo ele, “fizeram um anúncio conjunto: o de que a oralidade (ou oralismo) deveria ser posta em evidência” (p.18). Para Havelock, o contexto de transformações por que passavam os meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, favoreceu o

surgimento dessas obras que, para ele, “parecem constituir um divisor de águas” no que diz respeito à “produção intelectual” que tinha a oralidade e a escrita como objeto de estudo. As obras por ele destacadas são: *The Gutenberg Galaxy*, de McLuhan (1962), *La pensée sauvage*, de Lévi-Strauss (1962), *The consequences of literacy*, de Jack Goody e Ian Watt (1963) e *Preface to Plato*, de autoria do próprio Havelock (1963).

Num primeiro momento, tais estudos tentavam compreender a cultura oral de sociedades tradicionais, ágrafas, como forma de pensar o impacto da cultura escrita sobre essas populações. Modo geral, esses estudos eram realizados de forma comparativa, traçando oposições entre oralidade e escrita o que, muitas vezes, resultou em uma forte tensão e dicotomização na forma de abordagem.

Segundo Olson (1995), a discussão mais sistemática sobre esses estudos iniciais revelam uma série de limitações e contradições. Destaca, inicialmente, que “consagrar a importância da escrita era, ainda que inadvertidamente, tratar a ausência da escrita, a “oralidade”, como inferior, algo a evoluir ou, se necessário, a ser erradicado” (p.267). Afirma que fica evidente o etnocentrismo, ou grafocentrismo, pois, ao “se classificarem indivíduos que não lêem como “incultos”, caracteriza-se metade da população mundial como segunda classe”. E acrescenta: “Não há nenhum uso da escrita, por mais importante, que justifique estigmatizar como inferiores metade da humanidade” (p.268).

Para Graff (1990), as posturas dicotômicas tenderam a supervalorizar os efeitos e consequências da escrita e de seu domínio, o alfabetismo.² Segundo ele, as expectativas geradas a respeito “do papel do alfabetismo e da escolarização no desenvolvimento sócio-econômico, na ordem social e no progresso individual” constituem o que ele chama de “mito do alfabetismo” (p.31). Graff (1990 e 1995) problematiza essas expectativas e questiona a fragilidade das pesquisas que relacionavam diretamente a alfabetização e desenvolvimento econômico e modernidade e chama a atenção para um “mal entendido” em relação ao que efetivamente o alfabetismo e, no seu bojo, a escolarização significam. Segundo afirma, essa discussão precisa passar necessariamente por uma definição mais clara do que seja alfabetização e alfabetismo, ou letramento, e o papel do contexto sócio-histórico em que ele se dá numa perspectiva não linear ou evolucionista, considerando que há diferentes graus de acesso e, mesmo, de necessidade de uso.

No Brasil, Batista e Galvão (2004) realizaram uma ampla revisão da bibliografia dos estudos sobre oralidade e escrita e chamam atenção para a tendência recente a minimizar a dicotomia entre oralidade e escrita e de pensá-las na interface, como pode ser observado no trabalho realizado por Galvão (2001) sobre leitores/ouvintes de cordel. As expectativas relacionadas à escrita podem ou

² Nesse texto de 1990, *literacy* é traduzido como alfabetismo, uma vez que, segundo o tradutor, os dois termos possuem definições “praticamente coincidentes” (Cf. N. do T., p. 64). O tradutor também adverte o leitor sobre o emprego do termo letramento, considerado um neologismo e justifica sua opção por alfabetismo. Atualmente, *literacy* tem sido traduzido como “letramento”, termo mais empregado no debate sobre usos sociais da escrita no Brasil. (Cf. SOARES, 2001 e RIBEIRO, 2003).

não se concretizar, pois dependem dos usos que indivíduos e grupos fazem dela. Conforme afirma Ribeiro (1999), “Os usos da linguagem escrita podem ter funções e significados distintos para pessoas e grupos e seus efeitos psicossociais dependem sempre do modo como tais usos se inserem em padrões culturais mais amplos” (p.39).

Esses autores defendem a adoção de uma perspectiva mais equilibrada em que sejam descritos os usos que indivíduos ou determinados grupos fazem da escrita, para além das consequências da entrada da escrita. Ou seja, investigar os efeitos que a escrita desencadeia e, também, o que as pessoas fazem com a escrita, como se inserem na cultura escrita e como participam das situações em que ela está presente.

Essa mudança de foco tem se manifestado na diversidade de estudos que atualmente se ocupam da descrição dos modos de uso do escrito, das formas de inserção de sujeitos, famílias e grupos sociais na cultura escrita e as implicações dessa inserção. O que significa um esforço em compreender questões, como: o que as pessoas fazem com a escrita – buscando uma descrição e análise dos usos da escrita e das práticas que envolvem seu uso e o como pessoas se inserem na cultura escrita. Tal postura frente as relações entre oralidade e escrita tem se manifestado em estudos que consideram o contexto social de uso da escrita e o que ele informa sobre as práticas ali construídas. Nessa direção, pesquisas realizadas no Brasil por Galvão (2001; 2003) evidenciam que há formas bastante particulares de inserção e de participação de indivíduos no mundo da escrita. A autora chama a atenção para percursos de sujeitos singulares cujo contato e experiência com a escrita não se dá através do processo de escolarização, mas por meios que não são os convencionais, como as “experiências de leitura coletiva e em voz alta de folhetos de cordel” e as leituras de “legendas do cinema” (GALVÃO, 2003, p.147).

Orientações metodológicas

Para efetivar o estudo, a pesquisa tem se orientado por duas diferentes escalas de observação, conforme Revel (1998): uma de ordem mais macro tem como foco as instituições igreja e escola e visa recuperar/reconstruir a história da presença dessas instituições que se apresentam como espaços de circulação de material escrito e difusão de práticas de leitura e escrita na comunidade. A outra escala focaliza um grupo de indivíduos adultos da comunidade visando reconstruir, na perspectiva desses sujeitos, as práticas culturais e sociais comuns a fim de mapear e analisar o tipo de oralidade e de escrita presentes na comunidade a fim de compreender modos de inserção no mundo da escrita, os usos que esses indivíduos passaram a fazer da escrita e impactos da ampliação da circulação da escrita no tecido social. Estão sendo realizadas entrevistas com os sujeitos selecionados e uma pesquisa documental que visa localizar e analisar documentos e legislação

sobre a criação e expansão da rede escolar de Porteirinha, sede do município a que a comunidade estudada pertence, e outras informações sobre a criação e funcionamento de salas de aula e/ou escolas na referida comunidade. Em função da variação da escala de observação, estão sendo adotados diferentes procedimentos metodológicos.

Uma primeira etapa tem sido a consulta aos livros de leis municipais a fim de situar a comunidade estudada e os processos de escolarização por que tem passado, desde a década de 1970, no contexto mais amplo de criação e expansão da rede escolar do município de Porteirinha. Foram especialmente verificadas as autorizações para criação de escolas primárias rurais e o quadro de professoras/es contratados desde 1939, ano de implantação do município. Um outro procedimento adotado tem sido a coleta, catalogação e análise de material escrito em posse dos indivíduos entrevistados e de impressos produzidos pela igreja católica e que foram e/ou são empregados na comunidade para orientar as celebrações religiosas. A reconstrução da biblioteca dos sujeitos estudados ajuda a mapear os materiais escritos a que tiveram acesso ao longo da vida. Não se pretende, com isso associar a posse a efetiva leitura, uma vez que, conforme adverte Darnton (1996), a posse de um livro não significa sua leitura. O que se pretende é exatamente mapear o que estava disponível para leitura na comunidade. A análise dos impressos veiculados pela igreja indica progressiva mudança nas formas de celebração e evidenciam a preocupação da igreja com uma maior explicitação e regulação das celebrações dirigidas por leigos, tanto no que diz respeito a uma maior padronização e institucionalização dessas celebrações quanto a uma maior presença da escrita através dos “folhetos”, “cartilhas” e livretos a serem seguidos.

Como se trata de um estudo situado em um período recente, segunda metade do século XX, ele se apóia principalmente em fontes orais a fim de reconstruir o percurso vivido pelo grupo, sua inserção na cultura escrita e formas de participação nas práticas sociais em que a escrita é demandada. A história oral mostra-se como abordagem teórico-metodológica adequada, uma vez que, conforme Amado e Ferreira (1996), “estabelece e ordena procedimentos de trabalho”, tanto a escolha de procedimentos de recolhimento dos depoimentos e possibilidades de transcrição; quanto funciona “como ponte entre teoria e prática” (p.xvi), suscitando questões, formulando perguntas cujas respostas devem ser buscadas na teoria da história.

Considerando, que o estudo busca evidenciar percepções que os sujeitos estudados têm de um determinado processo, a pesquisa busca evidenciar “as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de mesma formação social” (AMADO; FERREIRA, 1996, p.xxiv). No entanto, como lembra Thompson (2002), a memória é de difícil apreensão e os depoimentos não podem ser tomados como a verdade, mas analisados como reformulação da memória:

De um lado, eles podem fornecer uma grande quantidade de informações factuais válidas, por exemplo, sobre onde a pessoa viveu, suas estruturas familiares, tipos de trabalho, etc – informações que de vários modos pode-se comprovar como sendo amplamente confiáveis; mas ao lado disso, eles

também sustentam a igualmente reveladora marca da moduladora força da memória, e também da consciência coletiva e individual (THOMPSON, 2002, p.22).

Nesse sentido, o que é captado nas entrevistas não é a realidade vivida ou a memória propriamente dita, mas uma construção que os indivíduos fazem de uma determinada vivência a partir da memória (FERNANDES; MONTENEGRO, 2001). As entrevistas semi-estruturadas estão sendo realizadas com pessoas adultas da comunidade e que são analfabetas ou passaram por experiências de escolarização nas décadas de 1960, 1970 e 1980; e com um grupo de rezadeiras que vivenciaram mudanças desencadeadas pela ampliação da circulação de material escrito nas celebrações religiosas. As entrevistas são orientadas por um roteiro com tópicos mais amplos sobre origem familiar, escolarização, contatos com material escrito, participação nas celebrações religiosas. A opção por tópicos mostrou-se mais adequada que a formulação de perguntas mais diretas e possibilitou aos sujeitos um relato mais livre de suas trajetórias. Desse modo, as questões serviram para orientar a entrevista, retomar ou explicitar determinados pontos abordados pelos entrevistados. Além dos depoimentos orais, estão sendo analisados dados estatísticos sobre taxas de alfabetização e escolarização da região e do município em que a comunidade estudada está inserida e informações obtidas durante consulta aos Livros de Leis do Município de Porteirinha.

Dados preliminares

No que diz respeito ao estudo das instituições, visitas a Porteirinha permitiram verificar a precariedade dos arquivos sobre as escolas municipais. Algumas mudanças de sede da secretaria de educação causaram a perda e destruição de documentação referente às escolas rurais no período anterior a 1990.

Está sendo feita uma consulta aos livros de leis municipais em busca de informações sobre a autorização para criação de escolas e contratação de professoras desde 1939, ano de implantação do município que se emancipou de Grão Mogol em 1938. A maior parte dos livros referentes a portarias e decretos que poderiam conter tais informações está perdida. Com isso, os Livros de Leis tem sido uma fonte importante, principalmente, porque neles estão registrados os orçamentos do município para cada ano e as dotações para cada setor, incluindo, no caso da Educação primária e secundária, o número de professores que atuavam no município; e os quadros dos funcionários municipais e respectivos vencimentos anuais o que permite verificar a ampliação do quadro de profissionais da educação ao longo de cada ano.

A partir da análise da legislação tem sido possível observar, também, um movimento de “institucionalização” da rede escolar: durante as décadas de 1940 e 1950, predominam leis que criam escolas, mas sem uma indicação do local e do

nome dessas escolas – provavelmente, esses dados constariam dos livros de decretos e portarias a que não foi possível ter acesso. A partir da década de 1960, no entanto, fica mais evidenciada a preocupação com a construção de prédios escolares, são indicadas as propriedades cedidas ou desapropriadas para tal fim. Em 1967, é criado o Departamento de Educação e Cultura. Chama a atenção, também, as referências que começam a ser feitas, na segunda metade da década de 1960, a projetos estaduais e federais que dizem respeito à ampliação do sistema escolar, como a Lei n. 344 de 24/02/1967 que dispõe sobre convênio com a Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, “para manutenção e expansão da rede escolar rural, de acordo com o disposto no art. 17, da Lei n. 2610, de 8.1.1962, e em observância dos artigos 21,22 e 29, do Código do Ensino Primário” (fol. 163). É pretensão da pesquisa, a partir desses dados iniciais, sistematizar e analisar tais informações situando-as no contexto das reformas educacionais no estado de Minas Gerais e no Brasil.

O levantamento do material escrito presente na comunidade está sendo feito simultaneamente às entrevistas em que se pede aos entrevistados que fazem e, se possível, mostrem o material escrito a que tinham e têm acesso. Nesse sentido, três entrevistados reforçaram a parcimoniosa circulação de material escrito nas décadas de 1970 e 1980 e destacam a inexistência de rótulos em embalagens de produtos adquiridos. Segundo uma entrevistada, cada pessoa possuía seus “embornais”, espécie de sacola em tecido, nos quais eram colocados os diversos mantimentos, como arroz, açúcar, sal. Afirma que poucas pessoas sabiam ler e que ela mesma não sentia necessidade, pois não havia o que ler ou situações em que se fizesse necessário saber. Eram poucas as cartas e dentre os escritos que mostraram possuir, predominavam catecismos, livros de orações e cantos voltados para celebrações religiosas e orientações sobre como viver o cotidiano de católico.

Durante as entrevistas foram recorrentes as lembranças da existência, ao longo da década de 1970, de salas isoladas que funcionavam ora na casa, ora em galpões cedidos de alguns moradores cujos filhos ou filhas tinham alguma instrução e ensinavam as crianças e adolescentes da comunidade a ler, escrever e contar.³ Na década de 1970, funcionou a primeira turma do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – um programa em âmbito nacional, criado em 1967, destinado à alfabetização de jovens e adultos⁴ e, na década de 1980, uma turma do Programa

³ Tais relatos foram obtidos em entrevistas realizadas em 2002 e 2007 e são confirmados por diversos moradores que colocavam os filhos para estudar, ou que eles mesmos aprenderam “as primeiras letras” nessas turmas. A consulta aos livros de Leis Municipais não ofereceu dados para confirmar a participação do poder municipal no financiamento dessas salas, pois os livros referentes ao período relato desapareceram do arquivo municipal. Em relação a outros lugarejos, há ampla referência, na legislação municipal, à contratação de professores e professoras para atuarem em salas de ensino primário localizadas em fazendas.

⁴ As atividades do MOBREAL tiveram início em 1971 quando, pelo Decreto n.67/71 é criada a comissão local para execução do programa: “Art. 1º. Fica criada Comissão Municipal do MOBREAL de Porteirinha com o objetivo de alfabetização funcional da faixa etária de 12 a 35 anos, sob a orientação e supervisão do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL – Central e em

de Educação Integrada – PEI, com certificação equivalente ao primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série)⁵. Nesse período, a escola passa a difundir material escrito e práticas de leitura e produção escrita.

Mas além da escola, o que tem sido destacado é a mudança na maneira de realizar as celebrações religiosas: dos terços e novenas em pagamento de promessas realizados em casa de devotos, para a celebração semanal do culto – inicialmente de casa em casa e, posteriormente, em um galpão, na escola local, na igreja construída na década de 1990. Os cultos, segundo os entrevistados, eram orientados por livros, leituras feitas na bíblia e um conjunto de material escrito a que poucos tinham acesso. Além de trazer uma forma diferente de rezar, trouxe outros sujeitos para o centro da celebração: os letrados.

Essa tem sido considerada uma grande mudança, pois de início os mais velhos sabiam rezas ‘de cor’, memorizadas durante anos de participação e eram os responsáveis pela coordenação das celebrações. Saber ler não era uma habilidade necessária, uma vez que o repertório era oralmente construído e transmitido. Com as celebrações do culto, no entanto, saber ler passa a ser condição para uma participação mais ativa, como leitor, por exemplo. É nesse contexto, que as rezadeiras se dizem desprestigiadas, uma vez que, não sabendo ler, são menos a rezar terços, principalmente, na igreja onde boa parte das rezas tem acontecido. Além disso, perdem o lugar de solistas, e de destaque, para crianças, adolescentes ou jovens que sabem ler e passam a integrar um coro quase indistinto de vozes que responde às orações em momentos coletivos.

Se, por um lado, temos uma relação tensa entre saberes oralmente construídos e leitura, também é importante destacar que tal contexto também favoreceu o desenvolvimento de trajetórias autodidatas. Como exemplo, um entrevistado que atuou como dirigente leigo na comunidade na década de 1970 e foi responsável pelo início das celebrações do culto dominical – uma cerimônia orientada pela igreja católica que se organizava em torno de textos escritos, como leituras da bíblia. Na ocasião da entrevista, ele apresentou o livreto que utilizava para realizar as celebrações: uma espécie de catecismo produzido na década de 1970 pela diocese de Januária que continha as orientações para a celebração do “Culto Dominical: para as Comunidades Eclesiais de Base da Diocese de Januária”. Nesses primeiros encontros foi possível ter acesso a uma série de livros ligados à religião católica e catecismos que compõem sua biblioteca pessoal, em relação aos quais mantém uma leitura intensa, de modo que várias partes foram memorizadas. Esses livros foram escaneados e catalogados a fim de se localizar, inicialmente, as editoras, autores, local e data de publicação e marcas de leitura que dêem pistas

harmonia com os Órgãos Federais e Estaduais”. Sobre a orientação metodológica do programa e sua ruptura com experiências de educação popular, ver Galvão e Soares (2006).

⁵ Segundo Rezende (2005) a partir das críticas recebidas, por seu formato, metodologia e caráter pontual de ensinar a ler e escrever, o MOBREAL “criou um programa de continuidade da alfabetização, uma versão condensada do curso primário para jovens e adultos, mas não conseguiu impor-se nem produzir melhores resultados” (p.32). Em Barra do Dengoso, o programa teve duração de onze meses.

sobre estratégias de leituras empregadas por esse senhor de mais de setenta anos afirma não ter frequentado uma escola e que aprendeu a ler com o pai, com o ABC, e participando de missas e reuniões da Congregação Mariana, na qual ingressou em 1962. Para ele, foi a participação nessa congregação e o trabalho como leigo os fatores responsáveis por sua desenvoltura para ocupar a função de dirigente do culto dominical. Como não lia com grande fluência, declara que solicitava crianças, adolescentes ou jovens que estavam estudando para lerem os textos bíblicos e outras orações. As estratégias que desenvolveu para lidar com o texto escrito mostraram-se eficazes e serviram, ainda segundo ele, para ajudar muitas pessoas a desenvolver maior fluência na leitura e a ler em público. Tal prática mostra-se importante naquele momento, em que poucas pessoas sabiam ler e uma vez que não havia espaços públicos em que tal tipo de leitura era demandado.

Os modos cotidianos e particulares de apropriação da escrita, as formas como os indivíduos se inserem em determinados contextos e estabelecem relações com outros é marcada por confrontos e negociações. Conforme Ginzburg (1987), há entre as culturas um “relacionamento circular feito de influências recíprocas” (p.13). E, ainda que a relação de força seja desequilibrada, as relações não são unilateralmente determinadas. Aqueles que, aparentemente, se posicionam no campo dos dominados, na verdade, encontram meios de se apropriar de determinados bens culturais e, às vezes, subvertê-los e ressignificá-los em suas práticas (CERTEAU, 1995; 1996).

Esses deslocamentos e as práticas particulares de leitura são alguns dos elementos que a pesquisa tem evidenciado e é nessa direção que o trabalho de análise tem seguido a fim de responder as questões apresentadas no início deste texto e que orientam este estudo.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moares; AMADO, Janaína. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.vii-xxv.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria. **Entrando na cultura escrita**: percursos individuais, familiares e sociais nos séculos XIX e XX. Belo Horizonte, 2004. (Projeto de pesquisa).
- _____. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). **Leitura**: práticas, impressos, letramentos. 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; RIBEIRO, Vera Masagão. Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. **Educação e Realidade**, vol.29, n.2, jul/dez 2004.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-105.
- DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum”. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p.143-175.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel**: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Leitura: algo que se transmite entre gerações? In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. Campinas, São Paulo: Global, 2003. p.125-153.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; PIERRO, Maria Clara Di. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. de; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **Alfabetização de jovens e adultos**: em uma perspectiva de letramento. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 27-58.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um poleiro perseguido pela Inquisição. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAFF, Harvey J. O mito do alfabetismo. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 30-64, 1990.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

HÉBRARD, Jean. **O autodidatismo exemplar**: como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger. Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 35-74.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Tradução de Enid Abreu Dobranzky. Campinas: Papirus, 1998.

REVEL, Jacques. Apresentação. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 7-14.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes**: pesquisa com jovens e adultos. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003a.

_____(Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. Campinas, São Paulo: Global, 2003b.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n.5, p. 9-28, jun. 2002.